

1.v. 94.E. fls. 72v.
87 fls. 213

6
fls. 2
fls. 5
fls. 13

ESTATUTOS

Capítulo I

(Da denominação, sede e âmbito de acção e fins)

Artigo 1º

A associação denominada "COMUNIDADE SÓCIO-TERAPÊUTICA CASA JOÃO CIDADE" é uma Instituição Particular de Solidariedade Social com sede na Avenida Gago Coutinho, nº 11, Freguesia de N.º S.º do Bispo, Concelho de Montemor-o-Novo. Será constituída por um Lar residencial, apoiado por um espaço de actividades lúdicas e ateliers ocupacionais.

Artigo 2º

A associação "COMUNIDADE SÓCIO-TERAPÊUTICA CASA JOÃO CIDADE" tem por objecto construir, equipar e manter em funcionamento uma comunidade sócio-terapêutica destinada a proporcionar condições para a convivência social, manutenção, reabilitação, educação, formação profissional e pré-profissional de crianças, jovens e adultos deficientes mentais.

Artigo 3º

Para a realização dos seus objectivos, a Instituição propõe-se criar e manter as seguintes actividades:

- 1- Funcionamento da comunidade cujo âmbito de acção abrange o território nacional.
- 2- Proporcionar formação de base e contínua aos seus colaboradores e apoiar as famílias dos utentes.
- 3- Cooperar com quaisquer entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras nas matérias de interesse da associação.

Artigo 4º

A organização e funcionamento dos diversos sectores de actividade constarão de regulamentos internos elaborados pela Direcção.

LV.º 94-E fls. 72v.
87 212

7
8.5
fess

Artigo 5º

1. Os serviços prestados pela Instituição serão gratuitos ou remunerados em regime de porcionismo, de acordo com a situação económico-financeira dos utentes, apurada em inquérito a que se deverá sempre proceder.

2. As tabelas de comparticipação dos utentes serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes.

Capítulo II

(Dos associados)

Artigo 6º

Podem ser associados pessoas singulares maiores de 18 anos e as pessoas colectivas.

Artigo 7º

Haverá duas categorias de associados:

- 1. Honorários – as pessoas que, através de serviços ou donativos, dêem contribuição especialmente relevante para a realização dos fins da Instituição, como tal reconhecida e proclamada pela Assembleia Geral.
- 2. Efectivos – as pessoas que se proponham colaborar na realização dos fins da Instituição, obrigando-se ao pagamento da jôia e da quota mensal, nos montantes fixados pela Assembleia Geral.

Artigo 8º

A qualidade de associado prova-se pela inscrição no livro respectivo que a Associação obrigatoriamente possuirá.

Artigo 9º

São direitos dos associados:

- a) Participar nas reuniões da Assembleia Geral;
- b) Eleger e ser eleito para os órgãos sociais;
- c) Requerer a convocação de Assembleia Geral extraordinária nos termos do n.º 3 do Artigo 29º;
- d) Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requeiram por escrito com a antecedência mínima de 10 dias e se verifique um interesse pessoal, directo e legítimo.

Artigo 10º

São deveres dos associados:

- a) Pagar pontualmente as suas quotas, tratando-se de associados efectivos;
- b) Comparecer às reuniões da Assembleia Geral;
- c) Observar as disposições estatutárias e regulamentos e as deliberações dos corpos gerentes;
- d) Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que forem eleitos.

Artigo 11º

1. Os sócios que violarem os deveres estabelecidos no artigo 10º ficam sujeitos às seguintes sanções:

L.V. 94-E fls. 72v.
Doc. 87 fls. 215

8
18/11/15
H
P
S. h
157

- a) Repreensão; _____
b) Suspensão de direitos até 365 dias; _____
c) Demissão. _____

- 2- São demitidos os sócios que por actos dolosos tenham prejudicado materialmente a Associação. _____
3- As sanções previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 são da competência da Direcção. _____
4- A demissão é sanção da exclusiva competência da Assembleia Geral, sob proposta da Direcção. _____
5. A aplicação das sanções previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 só se efectuará mediante audiência obrigatória do associado. _____
6. A suspensão de direitos não desobriga do pagamento da quota. _____

Artigo 12º

1. Os associados efectivos só podem exercer os direitos referidos no art.º 9º se tiverem em dia o pagamento das suas quotas. _____
2. Os associados efectivos que tenham sido admitidos há menos de 12 meses não gozam dos direitos referidos nas alíneas b) e c) do art.º 9º, podendo assistir às reuniões da Assembleia Geral mas sem direito de voto. _____

3. Não são elegíveis para os corpos gerentes os associados que, mediante processo judicial, tenham sido removidos dos cargos directivos da associação ou de outra Instituição Particular de Solidariedade Social, ou tenham sido declarados responsáveis por irregularidade cometida no exercício das suas funções. _____

Artigo 13º

A qualidade de associado não é transmissível quer por acto entre vivos quer por sucessão. _____

Artigo 14º

Perdem a qualidade de associado: _____

1. a) Os que pedirem a sua exoneração; _____
b) Os que deixarem de pagar as suas quotas durante 6 meses; _____
c) Os que forem demitidos nos termos do n.º 2 do art.º 11º. _____
2. No caso previsto na alínea b) do número anterior considera-se eliminado o sócio que tendo sido notificado pela Direcção para efectuar o pagamento das quotas em atraso o não faça no prazo de 30 dias. _____

Artigo 15º

O associado que por qualquer forma deixar de pertencer à Associação não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da Associação. _____

Capítulo III

(Dos Corpos Gerentes)

SECÇÃO I

(Disposições Gerais)

Artigo 16º

LV. 94-E no. 72V.
nos. 87 fil. 216

9
4a 8
12/11/18
15
18

São órgãos da Associação a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.

Artigo 17º

O exercício de qualquer cargo nos corpos gerentes é gratuito mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.

Artigo 18º

1. A duração do mandato dos corpos gerentes é de três anos devendo proceder-se à sua eleição no mês de Dezembro do último ano de cada triénio.

2. O mandato inicia-se com a tomada de posse perante o presidente da Mesa da Assembleia Geral ou seu substituto, o que deverá ter lugar na primeira quinzena do ano civil imediato ao das eleições.

3. Quando a eleição tenha sido efectuada extraordinariamente fora do mês de Dezembro, a posse poderá ter lugar dentro do prazo estabelecido no n.º 2 ou 30 dias após a eleição, mas neste caso e para efeitos do n.º 1 o mandato considera-se iniciado na primeira quinzena do ano civil em que se realizou a eleição.

4. Quando as eleições não sejam realizadas atempadamente considera-se prorrogado o mandato em curso até posse dos novos corpos gerentes.

Artigo 19º

1. Em caso de vacatura da maioria dos membros de cada órgão social, depois de esgotados os respectivos suplentes, deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento das vagas verificadas no prazo de um mês e a posse deverá ter lugar nos 30 dias seguintes à eleição.

2. O termo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior coincidirá com o dos inicialmente eleitos.

Artigo 20º

1. Os membros dos corpos gerentes só podem ser eleitos consecutivamente para dois mandatos para qualquer Órgão da Associação, salvo se a Assembleia Geral reconhecer expressamente que é impossível ou inconveniente proceder à sua substituição.

2. Não é permitido aos membros dos corpos gerentes o desempenho simultâneo de mais de um cargo na mesma Associação.

3. O disposto nos números anteriores aplica-se aos membros da mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal.

Artigo 21º

1. Os corpos gerentes são convocados pelos respectivos presidentes e só podem deliberar com a maioria dos seus titulares.

2. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.

3. As votações respeitantes às eleições de corpos gerentes ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros serão feitas obrigatoriamente por escrutínio secreto.

Handwritten notes and scribbles, including the number 20 and the word "les 9".

A hand-drawn diagram of a cell. It features a large, irregular oval shape representing the cell membrane. Inside this oval, there is a smaller, more circular shape representing the nucleus. To the right of the nucleus, there is a large, clear, oval-shaped area representing a vacuole. A line extends from the right side of the cell, possibly representing a flagellum or a tail.

- ___ a) Não tiverem tomado parte na respectiva resolução e a reprovarem com declaração na Acta da
___ sessão imediata em que se encontrem presentes: _____
- ___ b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na Acta respectiva. _____

1. Os membros dos corpos gerentes não poderão votar em assuntos que directamente lhes digam respeito ou nos quais sejam interessados os respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes ou equiparados. _____
2. Os membros dos corpos gerentes não podem contratar directa ou indirectamente com a Associação, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a Associação. _____
3. Os fundamentos das deliberações sobre os contratos referidos no número anterior deverão constar das Actas das reuniões do respectivo corpo gerente. _____

- Artigo 24º
1. Os associados podem fazer-se representar por outros sócios nas reuniões da Assembleia Geral em caso de comprovada impossibilidade de comparecimento à reunião, mediante carta dirigida ao presidente da Mesa, com a assinatura reconhecida, mas cada sócio não poderá representar mais de um associado. _____
2. É admitido o voto por correspondência sob condição do seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos da ordem de trabalhos e a assinatura do associado se encontrar conforme a que conste no Bilhete de Identidade. _____

1. Os associados podem fazer-se representar por outros sócios nas reuniões da Assembleia Geral em caso de comprovada impossibilidade de comparência à reunião, mediante carta dirigida ao presidente da Mesa, com a assinatura reconhecida, mas cada sócio não poderá representar mais de um associado. _____

2. É admitido o voto por correspondência sob condição do seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos da ordem de trabalhos e a assinatura do associado se encontrar conforme a que conste no Bilhete de Identidade. _____

1. Os associados podem fazer-se representar por outros sócios nas reuniões da Assembleia Geral em caso de comprovada impossibilidade de comparência à reunião, mediante carta dirigida ao presidente da Mesa, com a assinatura reconhecida, mas cada sócio não poderá representar mais de um associado. _____
2. É admitido o voto por correspondência sob condição do seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos da ordem de trabalhos e a assinatura do associado se encontrar conforme a que conste no Bilhete de Identidade. _____

Das reuniões dos corpos gerentes serão sempre lavradas Actas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem a reuniões da Assembleia Geral, pelos membros da respectiva Mesa.

_____ (Da Assembleia Geral) _____

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios admitidos há pelo menos doze meses, que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos. _____
2. A Assembleia Geral é dirigida pela respectiva Mesa que se compõe de um presidente, de um 1º secretário e de um 2º secretário. _____

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios admitidos há pelo menos doze meses, que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos. _____
2. A Assembleia Geral é dirigida pela respectiva Mesa que se compõe de um presidente, de um 1º secretário e de um 2º secretário. _____

lv.º 94E fls. 72v.
m. 87 fls. 210

11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210

3. Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da Mesa da Assembleia Geral, competirá a esta eleger os respectivos substitutos de entre os associados presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.

Artigo 27º

Compete à Mesa da Assembleia Geral dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da Assembleia, representá-la e designadamente:

- a) Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos actos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais;
- b) Conferir posse aos membros dos corpos gerentes eleitos.

Artigo 28º

Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos e necessariamente:

- a) Definir as linhas fundamentais de actuação da Associação;
- b) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respectiva Mesa, da Direcção e do Conselho Fiscal;
- c) Apreçar e votar anualmente o orçamento e o programa de acção para o ano seguinte, bem como o relatório e contas de gerência;
- d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e alienação, a qualquer título, de bens e imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico;
- e) Deliberar sobre a alteração dos estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão da Associação;
- f) Deliberar sobre a aceitação de integração de uma Instituição e respectivos bens;
- g) Autorizar a associação a demandar os membros dos corpos gerentes por actos praticados no exercício das suas funções;
- h) Aprovar a adesão a Uniões, Federações e Confederações;

Artigo 29º

1. A Assembleia Geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias.

2. A Assembleia Geral reunirá ordinariamente:

- a) No final de cada mandato, durante o mês de Dezembro, para eleição de corpos gerentes;
- b) Até 31 de Março de cada ano para discussão e votação do relatório e contas de gerência do ano anterior, bem como do parecer do Conselho Fiscal;
- c) Até 15 de Novembro de cada ano, para apreciação e votação do orçamento e programa de acção para o ano seguinte.

3. A Assembleia Geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral, a pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal ou a requerimento de, pelo menos, 10% dos associados em pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 30º

12
L.V. 94-E fls. 72V
87 fls. 214

12
T. 8
J. 8
fes

1. A Assembleia Geral deve ser convocada com, pelo menos, 15 dias de antecedência pelo presidente da Mesa ou seu substituto.

2. A convocatória é feita por meio de aviso postal expedido para cada associado ou através de anúncio publicado nos dois jornais de maior circulação da área da sede da Associação e deverá ser afixada na sede e noutros locais de acesso público, dela constando obrigatoriamente o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos.

3. A convocatória da Assembleia Geral extraordinária, nos termos do artigo anterior, deve ser feita no prazo de 15 dias após o pedido ou requerimento, devendo a reunião realizar-se no prazo máximo de 30 dias a contar da data da recepção do pedido ou requerimento.

Artigo 31º

1. A Assembleia Geral reunirá à hora marcada na convocatória se estiverem presentes mais de metade dos associados com direito a voto, ou uma hora depois com qualquer número de associados presentes.

2. A Assembleia Geral que seja convocada a requerimento de associados só poderá reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes.

Artigo 32º

1. Salvo o disposto no número seguinte, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta dos votos dos associados presentes.

2. As deliberações sobre as matérias constantes das alíneas e), f), g) e h) do artigo 28º só serão válidas se obtiverem voto favorável de pelo menos 2/3 dos votos expressos de todos os associados.

3. No caso da alínea e) do artigo 28º a dissolução não terá lugar se, pelo menos, um número de associados igual ao dobro dos membros dos corpos gerentes se declarar disposto a assegurar a permanência da Associação, qualquer que seja o número de votos contra.

Artigo 33º

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, são anuláveis as deliberações tomadas sobre matéria estranha à ordem do dia, salvo se estiverem presentes ou representados na reunião todos os associados no pleno gozo dos seus direitos sociais e todos concordarem com o aditamento.

2. A deliberação da Assembleia Geral sobre o exercício do direito de acção civil ou penal contra os membros dos corpos gerentes pode ser tomada na sessão convocada para apreciação do balanço, relatório e contas de exercício, mesmo que a respectiva proposta não conste da ordem de trabalhos.

SECÇÃO III

(Da Direcção)

Artigo 34º

1. A Direcção da Associação é constituída por cinco membros, dos quais um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e um vogal.

2. Haverá simultaneamente igual número de suplentes que se tornarão efectivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos.

13
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

Ev. 94-E fls. 72v.

Doc. 97 fls. 220

3. No caso de vacatura do cargo de presidente será o mesmo preenchido pelo vice-presidente e este por um suplente.

4. Os suplentes poderão assistir às reuniões mas sem direito a voto.

Artigo 35º

Compete à Direcção gerir a Associação e representá-la, incumbindo-lhe designadamente:

- a) Garantir a efectivação dos direitos dos beneficiários;
- b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do órgão de fiscalização o relatório e contas de gerência, bem como o orçamento e programa de acção para o ano seguinte;
- c) Assegurar a organização e funcionamento dos serviços, bem como a escrituração dos livros, nos termos da lei;
- d) Organizar o quadro de pessoal e contratar e gerir o pessoal da Associação;
- e) Representar a Associação em juízo e fora dele;
- f) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da Associação.

Artigo 36º

Compete ao presidente da Direcção:

- a) Superintender na administração da Associação orientando e fiscalizando os respectivos serviços;
- b) Convocar e presidir às reuniões da Direcção, dirigindo os respectivos trabalhos;
- c) Representar a Associação em juízo ou fora dele;
- d) Assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro de actas da Direcção;
- e) Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando estes últimos à confirmação da Direcção na primeira reunião seguinte.

Artigo 37º

Compete ao vice-presidente coadjuvar o presidente no exercício das suas atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos.

Artigo 38º

Compete ao secretário:

- a) Lavrar as actas das reuniões da Direcção e superintender nos serviços de expediente;
- b) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões da Direcção, organizando os processos dos assuntos a serem tratados;
- c) Superintender nos serviços de secretaria;

Artigo 39º

Compete ao tesoureiro:

- a) Recber e guardar os valores da Associação;
- b) Promover a escrituração de todos os livros de receita e de despesa;
- c) Assinar as autorizações de pagamento e as guias de receitas conjuntamente com o presidente;

lv. 94-E fls. 72v.
Doc. 87 fls. 221

31
13
10
43

d) Apresentar mensalmente à Direcção o balancete em que se discriminarão as receitas e despesas do mês anterior.

e) Superintender nos serviços de contabilidade e tesouraria.

Artigo 40º

Compete ao vogal coadjuvar os restantes membros da Direcção nas respectivas atribuições e exercer as funções que a Direcção lhe atribuir.

Artigo 41º

A Direcção reunirá sempre que o julgar conveniente por convocação do presidente e obrigatoriamente pelo menos uma vez em cada mês.

Artigo 42º

1. Para obrigar a Associação são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de quaisquer três membros da Direcção, ou as assinaturas conjuntas do presidente e do tesoureiro.

2. Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas do presidente e do tesoureiro.

3. Nos actos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da Direcção.

SECÇÃO IV

(Do Concelho Fiscal)

Artigo 43º

1. O Conselho Fiscal é composto por três membros, dos quais um presidente e dois vogais.

2. Haverá simultaneamente igual número de suplentes que se tomarão efectivos á medida que se derem vagas e pela ordem que tiverem sido eleitos.

3. No caso de vacatura do cargo de presidente, será o mesmo preenchido pelo primeiro vogal e este por um suplente.

Artigo 44º

Compete ao Conselho Fiscal vigiar pelo cumprimento da lei e dos estatutos e designadamente:

a) Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da Instituição, sempre que o julgue conveniente;

b) Assistir ou fazer-se representar por um dos seus membros nas reuniões do órgão executivo, sempre que o julgue conveniente;

c) Dar parecer sobre o relatório, contas e orçamento e sobre todos os assuntos que o órgão executivo submeta à sua apreciação.

Artigo 45º

O Conselho Fiscal pode solicitar à Direcção elementos que considere necessários ao cumprimento das suas atribuições, bem como propor reuniões extraordinárias para discussão, com aquele órgão, de determinados assuntos cuja importância o justifique.

Artigo 46º

15
Lv. 94-E fls. 72v.
Doc. 57 fls. 222

15
14
11

o Conselho Fiscal reunirá sempre que o julgar conveniente, por convocação do presidente, e obrigatoriamente, uma vez em cada trimestre.

Capítulo IV

(Regime financeiro)

Artigo 47º

São receitas da Associação:

- a) O produto das jóias e quotas dos Associados;
- b) As participações dos utentes;
- c) Os rendimentos próprios;
- d) As doações, legados e heranças e respectivos rendimentos;
- e) Os subsídios do Estado ou de Organismos Oficiais;
- f) Os donativos e produtos de festas ou subscrições;
- g) Juros de depósitos bancários;
- h) Outras receitas.

Capítulo V

(Disposições diversas)

Artigo 48º

II. No caso de extinção da Associação, competirá à Assembleia Geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma Comissão Liquidatária.

Artigo 49º

II. Os poderes da Comissão Liquidatária ficam limitados à prática dos actos meramente conservatórios e necessários quer à liquidação do património social quer à ulitimação dos negócios pendentes.

Artigo 50º

II. Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, de acordo com a legislação em vigor.

Francisco Regateiro de Sousa Antunes

16

CARTÓRIO NOTARIAL
Lv.º 94-E fls. 72v.
Doc. 87 fls. 223

16
fls. 12

1. Hei lá Boa Barron do Santa Reta
1. ofício Fecunda Testes 3chishu

fls 15

Notário
Antônio Carlos Xavier

Q

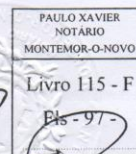
CERTIFICO que a presente certidão, extraída sob a forma de
fotocópia, que ocupa - quatro - folhas, está conforme com o seu
original e foi extraída da escritura lavrada de folhas 15v - a folhas
18r do livro de notas para Escrituras Diversas número 71.5 deste
Cartório, nos termos do a.º 3 do Artigo 164.º do Código do
Notariado, pelo que é gratuita, e respectivo cumprimento.

Montenitor-o-Novo, 14 de Janeiro de 2002

19 Adjuntos,

Assinado

Registrada sob o nº 126



ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

-----No dia vinte de Dezembro de dois mil e onze, perante mim, Licenciado em Direito, António Paulo Ramos Xavier, Notário e no Cartório a meu cargo, sito na Rua do Matadouro, número dezasseis, Edifício Rossio, em Montemor-o-Novo, compareceram como outorgantes: _____

-----*Francisco José Pereira*, casado, natural da freguesia de Nossa Senhora da Vila, concelho de Montemor-o-Novo, residente habitualmente na Rua Ernesto Pinto Ângelo, lote noventa e um, em Montemor-o-Novo, *Rosalina Aurora Samina Soeiro Fernandes*, casada, natural da freguesia de Nossa Senhora do Bispo, deste concelho, residente habitualmente no Largo Vasco da Gama, número quatro, em Montemor-o-Novo e *Nina Ivanovna Pirata*, casada, natural da Rússia, residente habitualmente na Rua Fernão Martins Mascarenhas, bloco vinte, primeiro andar esquerdo, cidade e concelho de Montemor-o-Novo, que outorgam na qualidade de directores, mais concretamente, Presidente, Vice-presidente e Tesoureira, com poderes para o acto e em representação da associação "**COMUNIDADE SÓCIO TERAPÊUTICA CASA JOÃO CIDADE**", instituição particular de solidariedade social, com sede nesta cidade e concelho na Rua Verde, número cinco, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, cidade e concelho de Montemor-o-Novo, Pessoa Colectiva número 506017125, qualidade e poderes que verifiquei pelos seguintes documentos que me foram entregues e que arquivo: _____

-----a) Fotocópia autenticada da acta número vinte e quatro da

assembleia geral da dita associação, realizada no dia treze de Novembro de dois mil e dez; e _____

-----b) Fotocópia autenticada da acta número um da reunião da Direcção da indicada associação, realizada no dia cinco de Janeiro de dois mil e onze. _____

-----**Pelos outorgantes, na qualidade em que outorgam, foi dito:**

-----Que, pela presente escritura e de acordo com o deliberado na assembleia geral da sua representada realizada no dia treze de Novembro de dois mil e onze, a que corresponde acta número vinte e seis, da qual vai ficar também arquivada fotocópia autenticada, alteram a sede da identificada associação para o Olival das Casas Altas, lugar da Pintada, freguesia de Nossa Senhora da Vila, concelho de Montemor-o-Novo e, em consequência, modificam, o artigo primeiro dos estatutos da sua representada - "*Comunidade Sócio Terapêutica Casa João Cidade*", o qual passa a ter a seguinte nova redacção: _____

ARTIGO PRIMEIRO

-----A associação denominada "*COMUNIDADE SÓCIO-TERAPÊUTICA CASA JOÃO CIDADE*" é uma Instituição Particular de Solidariedade Social com sede no Olival das Casas Altas, lugar da Pintada, freguesia de Nossa Senhora da Vila, concelho de Montemor-o-Novo, a qual será constituída por um lar residencial apoiado por um espaço de actividades lúdicas e "ateliers" ocupacionais. _____

-----Que, no mais se mantêm os estatutos da identificada associação. _____

123

PAULO XAVIER NOTÁRIO MONTEMOR-O-NOVO
Livro 115 - F
Fls - 98 -

-----Assim o disseram e outorgaram.-----

-----Arquivo sob os números noventa e sete a noventa e nove, inclusive, três fotocópias autenticadas de outras tantas actas já referidas no texto desta escritura.-----

-----Verifiquei a identidade da outorgante Rosalina Aurora pela exibição que me fez do seu bilhete de identidade, emitido pelos Serviços de Identificação Civil em Lisboa, com o número 171952, datado de 5 de Maio de 2007 e a dos restantes por conhecimento pessoal.-----

-----Esta escritura foi lida e explicado o seu conteúdo em voz alta aos outorgantes na presença simultânea de todos, tendo declarado a outorgante Nina Ivanovna Pirata que tem perfeito conhecimento da língua portuguesa pelo que é dispensada a intervenção de intérprete.-----

x *[Signature]*
x Rosalina Aurora
x Nina Ivanovna Pirata

[Signature]
Anotado e rubricado
com rubrica da 1ª 2375.6